

CONTADOR

Nome:

Inscrição:



Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é
Crime! Previsto no art.
311-A do Código Penal



Sobre a verificação do material recebido:

- ✓ Confira seu nome, o número do documento e o número de inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal.
- ✓ Verifique também seu Caderno de Questões quanto a possíveis falhas de impressão ou numeração.
- ✓ O não cumprimento de qualquer uma das determinações contidas no Edital, no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas resultará na eliminação do candidato.

Sobre a devolução do material:

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha corretamente o campo destinado à sua assinatura.
- ✓ Para as questões objetivas, marque apenas uma alternativa por item na Folha de Respostas.
- ✓ Somente canetas esferográficas de cor azul ou preta são permitidas para preencher a Folha de Respostas. Este documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a divulgação das provas e gabaritos:

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme previsto no Edital.

Sobre as proibições no local de prova:

- ✓ É proibido folhear o Caderno de Questões antes do horário de início da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova.
- ✓ É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, receptores, gravadores, entre outros.
- ✓ É proibido anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Tuparetama define as competências das comissões permanentes e os procedimentos para a tramitação de proposições legislativas.

https://tuparetama.pe.leg.br/???regimento_interno.pdf

1. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final não pode emitir parecer sobre a constitucionalidade das proposições.
2. O prazo para as comissões permanentes emitirem parecer sobre a proposta orçamentária é de 20 dias.
3. As comissões especiais são formadas exclusivamente para investigar irregularidades administrativas do Executivo.
4. As comissões permanentes da Câmara são obrigadas a emitir pareceres sobre todas as proposições submetidas ao seu exame.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 5 a 8.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Tuparetama detalha os direitos e deveres dos vereadores e os procedimentos para a interrupção e suspensão do exercício do mandato.

(Disponível em https://tuparetama.pe.leg.br/???regimento_interno.pdf)

5. Os vereadores têm o direito de participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, exceto quando tiverem interesse direto na matéria.
6. O pedido de licença para tratar de interesses particulares pode ser inferior a 30 dias.
7. O vereador que faltar a quatro sessões ordinárias consecutivas sem motivo justo terá seu mandato automaticamente extinto.
8. A renúncia de um vereador deve ser formalizada por meio de ofício dirigido à Câmara e a vaga será aberta a partir da protocolização do documento.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 9 a 12.

Impactos de meteoritos sustentam tênue atmosfera lunar

Astronautas da Nasa que se tornaram as primeiras pessoas a pisar na Lua, nas décadas de 1960 e 1970, também descobriram uma característica lunar: ela tem uma atmosfera, embora seja muito tênue. Amostras de solo que eles recolheram estão agora revelando o principal processo físico que cria tal atmosfera.

Ao analisar quais formas de potássio e rubídio estão presentes em nove pequenas amostras de solo das cinco missões Apollo, pesquisadores determinaram que a atmosfera lunar foi criada e é sustentada primordialmente pelos efeitos dos meteoritos, maiores e menores, que atingem sua superfície.

A atmosfera lunar é extremamente fina e é classificada tecnicamente como uma exosfera. Isso significa que os átomos não colidem uns com os outros, porque sua quantidade é muito esparsa, diferentemente do que ocorre na densa e estável atmosfera terrestre.

A Lua tem sido constantemente bombardeada por meteoritos. No começo de sua história, por grandes meteoritos que deixaram visíveis crateras em sua superfície. Mais recentemente, os meteoritos são menores, incluindo alguns do tamanho de poeira.

Alguns dos átomos liberados por esses impactos vão para o espaço. O resto permanece suspenso acima da superfície, em uma atmosfera que é reabastecida regularmente à medida que mais meteoritos caem.

<https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/impactos-de-meteoritos-sustentam/>

9. Depreende-se do texto a informação de que a atmosfera lunar é densa e os átomos colidem frequentemente uns com os outros.
10. Infere-se que todos os átomos liberados pelos impactos de meteoritos permanecem na atmosfera da Lua.
11. Pode-se afirmar que os meteoritos que atingiram a Lua no passado eram do mesmo tamanho que os que a atingem atualmente.
12. De acordo com o texto, a atmosfera da Lua é criada e sustentada primordialmente pelos impactos de meteoritos.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 13 a 16.

Por que alguns cientistas acreditam que vida na Terra é mais antiga do que se pensava

Um grupo de cientistas disse ter encontrado novas evidências que amparam a teoria de que a vida complexa na Terra pode ter começado 1,5 bilhão de

anos antes do que se imaginava.

A equipe, que trabalhou no Gabão, disse ter encontrado evidências dentro de rochas que mostram haver condições ambientais para vida animal há 2,1 bilhão de anos.

Mas eles dizem que os organismos estavam restritos a um mar dentro de um continente, não conseguiram se espalhar pelo planeta e acabaram desaparecendo.

Essas ideias são muito distintas do consenso científico sobre o tema — e muitos cientistas não as aceitam como válidas. A maioria dos especialistas acredita que a vida animal começou há 635 milhões de anos.

A pesquisa contribui para um debate até hoje não esclarecido sobre se formações encontradas em Franceville, no Gabão, são fósseis ou não.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51y7wd7xv2o>

13. É possível afirmar que os organismos encontrados pelos cientistas no Gabão não conseguiram se espalhar pelo planeta e acabaram desaparecendo.

14. De acordo com o texto, ainda há controvérsias na comunidade científica sobre as novas descobertas.

15. Depreende-se do texto que novas evidências sugerem que a vida complexa pode ter surgido antes do que se pensava.

16. Infere-se do texto que a maioria dos cientistas acredita que a vida animal começou há 2,1 bilhões de anos.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 17 a 20.

O Windows é um software fundamental que controla as atividades do próprio computador. É uma espécie de administrador do ambiente computacional, gerencia a memória, as operações de entrada e saída e a execução dos demais programas.

https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/arte_informatica_basica.pdf

17. O Gerenciador de Tarefas é a solução do Windows para monitorar o aplicativo e processar o desempenho e o uso de recursos. Ele pode ser acionado através da sequência de teclas CTRL + SHIFT + DEL.

18. Barras de rolagem vertical e horizontal permitem visualizar um documento maior que a janela. Situada normalmente à direita ou embaixo da janela, basta posicionar o cursor do mouse sobre a barra e arrastá-la.

19. Para excluir arquivos e pastas é só selecionar o arquivo ou pasta que se deseja excluir, na barra de menus escolher Arquivo e clicar em EXCLUIR. Uma mensagem vai perguntar se deseja enviar o arquivo para a lixeira.

20. Nos sistemas operacionais a apresentação das tarefas em execução se dá na forma de janelas. Os elementos que as compõe variam de um aplicativo para outro, porém muitos deles são encontrados na maioria das janelas como a barra de rolagem, maximizar, minimizar e fechar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 24.

A empresa Alfa S.A. publicou suas demonstrações financeiras referentes ao último ano fiscal. No balanço patrimonial apresentado, foram destacados os seguintes valores:

Caixa: R\$200.000,00

Bancos conta Movimento: R\$400.000,00

Duplicatas a Receber: R\$300.000,00

Impostos a Recuperar: R\$100.000,00

Fornecedores: R\$500.000,00

Empréstimos a Pagar: R\$600.000,00

A empresa enfrentou desafios de mercado, mas implementou estratégias para melhorar sua liquidez e eficiência operacional.

Considerando o contexto apresentado, julgue os itens a seguir:

21. A situação líquida patrimonial da empresa Alfa S.A. é positiva, indicando uma saúde financeira estável.

22. A soma dos passivos (Fornecedores + Empréstimos a Pagar) excede o valor dos ativos mais líquidos (Caixa + Bancos conta Movimento), o que sugere uma dependência elevada de dívidas de curto prazo.

23. O total de ativos da empresa é de R\$1.000.000,00 o que pode indicar uma capacidade limitada de expansão sem novos financiamentos.

24. A empresa demonstra uma política de gestão de dívidas eficiente, visto que seus passivos totais não superam o valor total dos ativos.

O texto seguinte servirá de base para responder às

questões de 25 a 28.

O Ativo Imobilizado é uma categoria de ativos usada em contabilidade para representar bens de longa duração que são utilizados na operação da empresa e não se destinam à venda no curso normal dos negócios. Estes bens são essenciais para as atividades operacionais da entidade e esperam-se que sejam usados por vários períodos contábeis. Exemplos típicos de Ativo Imobilizado incluem edifícios, máquinas, equipamentos e veículos. Para que um item seja classificado como Ativo Imobilizado, deve satisfazer certos critérios estipulados pelas normas contábeis, como as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) ou princípios contábeis geralmente aceitos em outras jurisdições.

Sobre os critérios de classificação, julgue os itens abaixo:

www.conteudo.cvm.gov.br

25. Deve ser provável que o item trará benefícios econômicos futuros para a entidade. Isso significa que o uso do ativo deve gerar, direta ou indiretamente, um fluxo de caixa positivo ou outras vantagens econômicas durante sua vida útil.

26. O custo do item deve ser mensurável de forma confiável. Isso inclui o preço de compra, custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo em condição operacional, e os custos estimados de desmantelamento e remoção, se aplicável.

27. Sobressalentes e Peças de Reposição são sempre classificados como estoque, mesmo se forem esperados para serem usados por mais de um período contábil ou se forem necessários para o funcionamento de um ativo imobilizado e não tiverem uso alternativo significativo.

28. As Ferramentas e Equipamentos de Uso Interno quando são essenciais e usados continuamente nas operações da empresa e têm uma vida útil de mais de um período, então também são considerados Ativo Imobilizado.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 29 a 32.

Ativos intangíveis, como patentes, marcas registradas, direitos autorais e software, representam recursos controlados que são esperados gerar benefícios econômicos futuros para a empresa. Estes ativos são únicos por não possuírem substância física. A contabilização desses ativos exige que sejam identificáveis, que a empresa tenha controle sobre os mesmos e que seja provável que benefícios econômicos futuros sejam obtidos. O reconhecimento inicial é pelo custo de aquisição e, subseqüentemente, pode ser ajustado por amortização e perdas de imparidade,

dependendo da vida útil do ativo.

Julgue os itens a seguir, baseados no entendimento sobre ativos intangíveis:

29. Para que um ativo intangível seja reconhecido, ele precisa proporcionar benefícios econômicos por um período superior a um ano.

30. Um ativo intangível adquirido por meio de um desenvolvimento interno pode ser capitalizado se atender a critérios específicos de reconhecimento e mensuração.

31. Os direitos sobre recursos naturais não renováveis podem ser classificados como ativos intangíveis nas demonstrações financeiras.

32. A avaliação do valor justo de um ativo intangível é sempre obrigatória no final de cada exercício fiscal.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 33 a 36.

O patrimônio público compreende uma ampla gama de ativos geridos pelas entidades governamentais. Inclui bens móveis e imóveis e ativos intangíveis adquiridos ou desenvolvidos por instituições públicas. Além disso, este patrimônio também inclui direitos e obrigações que impactam as finanças públicas. A administração desses bens deve sempre visar o uso eficiente e transparente desses recursos em benefício da sociedade.

Considerando os aspectos da gestão e natureza do patrimônio público apresentados no texto acima, julgue os itens a seguir:

www.governancapatrimonial.gov.br

33. Ativos intangíveis gerados por instituições públicas, como software desenvolvido para uso governamental, não são classificados como patrimônio público porque não possuem valor monetário direto.

34. Recursos naturais gerenciados pelo governo, como parques nacionais, são excluídos do patrimônio público devido à sua natureza de uso comum.

35. Os veículos utilizados para serviços governamentais e os edifícios que abrigam órgãos públicos são exemplos de bens móveis e imóveis incluídos no patrimônio público.

36. A administração do patrimônio público não precisa seguir os princípios da administração pública, como legalidade e moralidade, devido à sua natureza de bens

públicos.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 37 a 40.

Na contabilidade, a determinação de débitos e créditos é fundamental para manter a precisão dos registros financeiros de uma empresa. Cada transação financeira é registrada em pelo menos duas contas diferentes, seguindo o princípio da partida dobrada. Por exemplo, quando uma empresa recebe dinheiro de um cliente, a conta "Caixa" é debitada (aumenta) e a conta "Receitas" é creditada (aumenta). Este sistema garante que o balanço da empresa esteja sempre equilibrado, refletindo corretamente os movimentos de ativos, passivos e patrimônio líquido. As contas correntes, usadas para transações recorrentes com entidades específicas, como clientes ou fornecedores, também seguem esse modelo, documentando cada entrada e saída de recursos de maneira clara e sistemática.

Julgue os itens a seguir, baseados no entendimento dos princípios de contabilidade de débitos e créditos em contas correntes:

<https://portalesafaz.sefaz.pe.gov.br>

37. O princípio da partida dobrada exige que cada transação afete pelo menos duas contas diferentes para manter o equilíbrio do balanço patrimonial da empresa.

38. Em contas correntes, as transações que envolvem o recebimento de pagamentos de clientes resultam em um débito na conta de Receitas e um crédito na conta Caixa.

39. Quando uma empresa paga uma despesa, a conta correspondente à despesa é debitada, aumentando seu saldo, e a conta de caixa é creditada, diminuindo seu saldo.

40. A utilização de contas correntes na contabilidade ajuda a empresa a monitorar transações recorrentes com partes específicas, como clientes ou fornecedores, de forma organizada e sistemática.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 41 a 44.

A Contabilidade Pública é uma área da contabilidade voltada para o registro, controle e análise das operações financeiras, patrimoniais e orçamentárias das entidades do setor público. O objetivo principal da contabilidade pública não é determinar o lucro, mas sim garantir a transparência, o controle dos recursos públicos e a conformidade com as leis e regulamentos vigentes. Ela abrange uma variedade de entidades, incluindo governos federal, estaduais e municipais, bem como suas autarquias e fundações. A contabilidade pública é regida

por normas específicas que diferem das normas da contabilidade privada, adaptando-se às necessidades de informação e controle peculiar ao setor público.

Considerando o contexto da conceituação, objeto e campo de aplicação da Contabilidade Pública, julgue os itens a seguir:

Fonte: Livro_contabilidade_miolo.pdf

41. A Contabilidade Pública é aplicada exclusivamente nas entidades governamentais, incluindo ministérios e secretarias, sem abranger organizações sem fins lucrativos que recebem subvenções públicas.

42. Um dos objetivos da Contabilidade Pública é garantir a transparência na gestão dos recursos públicos, facilitando o controle social e o cumprimento de metas governamentais.

43. Na Contabilidade Pública, o princípio da competência é amplamente utilizado, registrando as transações no momento em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento efetivo.

44. A contabilização das operações na Contabilidade Pública segue as mesmas normas e procedimentos da Contabilidade Privada, considerando a universalidade dos princípios contábeis.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 45 a 48.

A Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) estabelece requisitos específicos para a preparação e divulgação das demonstrações financeiras das companhias. Segundo esta legislação, as empresas devem elaborar anualmente um conjunto completo de demonstrações financeiras que inclui o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração do Fluxo de Caixa, e a Demonstração do Valor Adicionado (se a empresa for de capital aberto). Essas demonstrações devem oferecer uma visão clara e precisa da posição financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa da empresa, cumprindo com os princípios contábeis geralmente aceitos e as normas brasileiras de contabilidade.

Considerando o contexto das exigências da Lei nº 6.404/76 sobre as demonstrações financeiras, julgue os itens a seguir:

45. O Balanço Patrimonial é uma das demonstrações financeiras exigidas pela Lei nº 6.404/76, oferecendo uma visão estática do estado patrimonial da empresa em uma data específica.

46. A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) não é requerida pela Lei nº 6.404/76, sendo apenas uma prática recomendada para empresas de grande porte.

47. A Demonstração do Fluxo de Caixa, embora útil, não é uma exigência legal para todas as sociedades por ações sob a Lei nº 6.404/76.

48. Todas as empresas regidas pela Lei nº 6.404/76 são obrigadas a elaborar e publicar a Demonstração do Valor Adicionado.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 49 a 52.

A exaustão é um conceito contábil que descreve a depreciação do valor de ativos naturais devido à sua exploração ou uso comercial. Esse processo contábil é crucial para empresas que utilizam recursos naturais finitos, como minérios, petróleo e florestas, garantindo que o consumo desses recursos seja refletido adequadamente em suas demonstrações financeiras. O cálculo da exaustão envolve estimar a quantidade total do recurso disponível e alocar uma parte do custo total do ativo ao produto extraído durante o período contábil. Este método assegura que o valor do ativo diminua proporcionalmente à quantidade do recurso que é consumida.

Considerando o contexto da exaustão de recursos naturais e suas implicações contábeis, julgue os itens a seguir:

49. No cálculo da exaustão, considera-se a quantidade total do recurso natural disponível e o volume do recurso consumido durante o período contábil.

50. A exaustão contribui para a precisão das demonstrações financeiras ao garantir que o custo dos recursos naturais consumidos seja refletido nos resultados do período.

51. A exaustão é aplicada apenas a ativos tangíveis, como máquinas e equipamentos, para refletir seu desgaste ao longo do tempo.

52. Uma empresa que registra a exaustão em suas demonstrações financeiras necessariamente adota práticas sustentáveis de exploração de recursos naturais.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 53 a 56.

A despesa pública é um elemento crucial no gerenciamento das finanças do setor público,

envolvendo todos os gastos realizados pelo governo para a execução de suas funções e serviços à sociedade. Estes gastos são planejados e executados através de diversos estágios, que incluem o empenho, a liquidação e o pagamento. A despesa pública é classificada de várias maneiras, incluindo por categoria econômica (despesas correntes e de capital), por função (educação, saúde, defesa, etc.) e por natureza (custeio, investimentos, transferências). Essas classificações ajudam a determinar como os recursos são alocados e geridos, garantindo que sejam utilizados de forma eficiente e alinhada com os objetivos políticos e econômicos do governo.

Considerando o contexto dos estágios e classificações da despesa pública apresentados no texto acima, julgue os itens a seguir:

Referência: MCASP 9ª Edição

53. A liquidação da despesa ocorre quando há o efetivo pagamento ao fornecedor ou prestador de serviço, concluindo o ciclo da despesa pública.

54. As despesas públicas são classificadas apenas por sua natureza, o que inclui custeio e investimentos, sem considerar outras categorias como funções do governo ou categorias econômicas.

55. O empenho é o primeiro estágio da despesa pública e representa o momento em que o governo se compromete legalmente com a despesa, reservando o montante necessário para cobrir o gasto previsto.

56. Despesas de capital são aquelas destinadas a investimentos e aquisições de longo prazo, enquanto despesas correntes referem-se aos gastos necessários para a manutenção das atividades governamentais e dos serviços públicos.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 57 a 60.

A escrituração contábil é uma prática essencial para qualquer entidade que deseje manter uma boa gestão de suas operações financeiras e cumprir com as exigências legais. Ela envolve o registro metódico e detalhado de todas as transações financeiras da empresa em livros contábeis designados. Esses registros devem ser feitos seguindo os princípios da contabilidade geralmente aceitos, garantindo que as informações sejam precisas, completas e cronológicas. Os principais livros utilizados na escrituração incluem o Livro Diário, onde todas as operações diárias são registradas; o Livro Razão, que organiza essas operações por conta; e o Livro Caixa, que documenta todas as movimentações de caixa. A escrituração adequada não só facilita a análise financeira e a tomada de decisões, mas também assegura a transparência e a prestação de contas necessárias para

a auditoria externa e o cumprimento fiscal.

Considerando o contexto dos princípios e práticas da escrituração contábil apresentados no texto acima, julgue os itens a seguir:

Referência: LIVRO CONTABILIDADE BÁSICA - Ciro Bächtold

57. A escrituração contábil não precisa seguir os princípios contábeis geralmente aceitos, contanto que as transações sejam registradas em tempo real.

58. A utilização de livros como o Diário, Razão e Caixa na escrituração facilita não apenas a gestão financeira, mas também prepara a empresa para auditorias e cumprimento das obrigações fiscais.

59. O Livro Diário é opcional para a maioria das empresas, desde que mantenham alguma forma de registro digital das transações financeiras.

60. A escrituração contábil deve ser realizada de forma sistemática e precisa para garantir que todas as transações financeiras da empresa sejam adequadamente registradas e fáceis de rastrear.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 61 a 64.

A execução orçamentária e financeira no setor público é um processo meticuloso que segue normas rigorosas para garantir a correta utilização dos recursos governamentais. Este processo envolve várias etapas, começando pelo empenho, que autoriza a despesa dentro dos limites estabelecidos pelo orçamento. Segue-se a liquidação, que verifica a entrega dos bens ou a prestação dos serviços conforme o contrato. Finalmente, o pagamento é realizado, concluindo a transação financeira. Essas etapas são cruciais para manter a integridade financeira e a responsabilidade fiscal, assegurando que cada centavo do dinheiro público seja gasto conforme o planejado e aprovado.

Considerando o contexto dos procedimentos de execução orçamentária e financeira descritos no texto acima, julgue os itens a seguir:

61. O pagamento finaliza o ciclo da execução orçamentária e financeira, extinguindo a obrigação criada pelo empenho inicial e pela liquidação subsequente.

62. A liquidação de despesas é o processo onde se verifica se os serviços ou bens contratados foram entregues conforme acordado antes de realizar o pagamento.

63. O empenho é uma garantia de pagamento imediato ao fornecedor ou prestador de serviço, uma vez autorizado.

64. Uma vez empenhada a despesa, não é necessária nenhuma verificação adicional para proceder com o pagamento.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 65 a 68.

A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece normas gerais para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes da Federação - União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Esta lei é um marco na administração financeira e orçamentária do Brasil, introduzindo conceitos como a classificação das receitas e despesas em categorias econômicas, a obrigação de elaborar orçamentos anuais e a necessidade de transparência e controle rigoroso dos fundos públicos. Além disso, a lei enfatiza a importância de todos os recursos serem incluídos no orçamento para assegurar a universalidade e unidade nas contas públicas, garantindo que as despesas e receitas sejam executadas conforme o planejado e aprovado pelo legislativo.

Considerando o contexto da Lei Federal nº 4.320/64, como descrito no texto acima, julgue os itens a seguir:

Referência: Lei nº 4.320/1964

65. A Lei nº 4.320/64 foi uma inovação ao introduzir a necessidade de categorizar receitas e despesas, melhorando a compreensão e o gerenciamento das finanças públicas.

66. A Lei nº 4.320/64 exige que todas as receitas e despesas sejam incluídas no orçamento anual, cumprindo o princípio da universalidade.

67. Segundo a Lei nº 4.320/64, os orçamentos públicos podem ser elaborados para períodos superiores a um ano, flexibilizando o princípio da anualidade.

68. A lei permite que os órgãos do governo façam gastos não autorizados no orçamento, desde que sejam de pequeno valor e considerados necessários.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 69 a 72.

O levantamento de balancetes periódicos é uma prática contábil essencial para o monitoramento contínuo da saúde financeira de uma organização. Esses balancetes, geralmente preparados mensalmente ou trimestralmente, fornecem uma visão instantânea do desempenho

financeiro da empresa, permitindo que gestores façam ajustes operacionais e financeiros em tempo hábil. O balancete de verificação resume as informações contábeis de todas as contas, mostrando saldos de débito e crédito acumulados durante o período. Esta ferramenta é crucial para verificar a exatidão dos registros contábeis e preparar o terreno para o fechamento do exercício fiscal com o balanço anual.

Considerando o contexto do levantamento de balancetes periódicos, como descrito no texto acima, julgue os itens a seguir:

69. A preparação de balancetes periódicos é uma prática opcional que empresas de pequeno porte podem escolher não seguir devido à simplicidade de suas operações.

70. Os balancetes periódicos são fundamentais para a detecção precoce de discrepâncias ou irregularidades nas contas, permitindo correções antes do fechamento do exercício fiscal.

71. O balancete de verificação, utilizado nos balancetes periódicos, inclui apenas as transações monetárias e exclui itens como depreciação ou ajustes de inventário.

72. Os balancetes periódicos substituem a necessidade de um balanço anual, pois oferecem uma visão completa e detalhada da situação financeira da empresa ao longo do ano.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 73 a 76.

A apropriação de 13º salário e férias na contabilidade é um processo que reflete o cumprimento do princípio de competência, assegurando que as despesas sejam registradas nos períodos a que se referem. O 13º salário é contabilizado mensalmente como 1/12 avos do salário devido ao funcionário, acumulando um passivo correspondente ao longo do ano. Similarmente, as férias são acumuladas e registradas como uma obrigação conforme os funcionários vão adquirindo o direito ao longo do ano de trabalho. Esses registros são cruciais para manter a precisão dos relatórios financeiros e para a gestão eficaz dos fluxos de caixa e obrigações futuras da empresa. Estas práticas não apenas cumprem com as normas contábeis, mas também proporcionam transparência e promovem uma gestão financeira responsável.

Considerando o contexto da apropriação de 13º salário e férias como descrito no texto acima, julgue os itens a seguir:

Referência: MCASP - 10ª Edição - 307

73. As práticas de apropriação de 13º salário e férias ajudam a empresa a planejar seus fluxos de caixa e a financiar adequadamente suas obrigações ao longo do ano.

74. A apropriação mensal do 13º salário cria um passivo no balanço patrimonial da empresa que se acumula até o pagamento efetivo no final do ano.

75. O registro de férias acumuladas como um passivo é opcional para as empresas, dependendo da política interna de cada uma.

76. Os valores apropriados para 13º salário e férias são considerados provisões no balanço patrimonial devido à incerteza de seu valor exato e data de pagamento.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 77 a 80.

A receita pública constitui a totalidade dos ingressos financeiros que o Estado obtém para financiar suas atividades, incluindo a prestação de serviços públicos e a realização de investimentos necessários à comunidade. A gestão eficaz desses recursos é fundamental para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade econômica de uma nação. As receitas públicas são classificadas em correntes (como impostos, contribuições e taxas) e de capital (como empréstimos recebidos e alienações de ativos). Os estágios da receita pública envolvem a previsão, o lançamento, a arrecadação e o recolhimento. Cada um desses estágios é crucial para garantir que os recursos necessários estejam disponíveis para o governo cumprir suas funções.

Considerando o contexto da estrutura e gestão da receita pública como descrito no texto acima, julgue os itens a seguir:

Referência: MCASP - 10ª Edição

77. Receitas correntes e de capital são termos intercambiáveis na contabilidade pública, visto que ambas financiam as despesas do governo.

78. A arrecadação de receitas públicas só ocorre após o efetivo pagamento dos tributos pelos contribuintes, sendo esse o último estágio do processo de receita.

79. O estágio de lançamento da receita pública é quando o governo oficialmente registra sua expectativa de receitas a serem arrecadadas, baseado em leis e regulamentos vigentes.

80. A receita de capital inclui itens como impostos sobre renda e propriedade, que são essenciais para financiar as despesas correntes do governo.

